IMMANUEL KANT

FILOSOFIA DA HISTÓRIA

Textos Extraídos das Obras Completas de Kant (Immanuel Kants Werk)



Coleção Fundamentos da Filosofia

1ª edição Brasil – 2012



© Copyright da tradução – 2012. Ícone Editora Ltda.

Coleção Fundamentos da Filosofia

Conselho editorial

Cláudio Gastão Junqueira de Castro

Diamantino Fernandes Trindade

Dorival Bonora Ir.

José Luiz Del Roio

Marcio Pugliesi

Marcos Del Roio

Neusa Dal Ri

Tereza Isenburg

Ursulino dos Santos Isidoro

Vinícius Cavalari

Título original

Filosofía de la Historia - Qué es la Ilustración

Tradução

Cláudio J. A. Rodrigues

Revisão

Juliana Biggi

Design gráfico, capa e miolo

Richard Veiga

Proibida a reprodução total ou parcial desta obra, de qualquer forma ou meio eletrônico, mecânico, inclusive por meio de processos xerográficos, sem permissão expressa do editor. (Lei nº 9.610/98)

Todos os direitos de tradução reservados à:

ÍCONE EDITORA LTDA.

Rua Anhanguera, 56 – Barra Funda CEP: 01135-000 – São Paulo/SP

Fone/Fax.: (11) 3392-7771 www.iconeeditora.com.br

iconevendas@iconeeditora.com.br



5

MMANUEL KANT NASCEU EM KÖNIGSBERG NA PRÚSSIA ORIENTAL EM 1724, filho de um fabricante de arreios. Frequentou a universidade local e de 1747 a 1754 trabalhou como tutor particular. Durante este tempo apresentou dois ensaios na forma de dissertações, que o levou à posição de instrutor não remunerado na universidade de Königsberg. Palestrou sobre uma ampla gama de cursos em filosofia, matemática e ciências naturais, vivendo dos pagamentos de seus cursos e publicando uma série de obras de filosofia e de ciências naturais. No entanto, seu objetivo era se tornar professor de filosofia em Königsberg, e, por isso, rejeitou

várias ofertas antes de se tornar professor de Lógica e Metafísica na Universidade de Königsberg em 1770. Este foi o início da chamada década de silêncio durante a qual Kant publicou muito pouco e preparou os argumentos do livro com o qual estabeleceria sua reputação duradoura: a Crítica da Razão Pura (1781). Neste trabalho, Kant examina os limites e o alcance do conhecimento humano. especialmente o conhecimento metafísico. Sua abordagem revolucionária baseava-se no pressuposto de que a composição específica das faculdades cognitivas humanas determina as características estruturais mais importantes de como o mundo aparece para nós e, ao mesmo tempo, estabelece limites radicais para o conhecimento metafísico. Desentendimentos iniciais entre seus leitores impeliram Kant a reafirmar seus pontos de vista nos Prolegômenos (1783). Uma vez que o caráter revolucionário de sua teoria foi compreendido, Kant tornou-se famoso.

Νb

6

Na Crítica da Razão Pura Kant sublinhou a importância de sua nova abordagem sobre a ética, e alguns anos depois publicou dois trabalhos inovadores sobre teoria ética: Fundamentação da Metafísica dos Costumes (1785) e Crítica da Razão Prática (1788). Durante este tempo, Kant também escreveu os Fundamentos Metafísicos da Ciência Natural (1786). Durante a década de 1780, ele publicou uma série de ensaios sobre filosofia da história, tocando em questões de política e paz internacional: "Ideia para uma história universal a partir de uma perspectiva cosmopolita" (1784), "Uma Resposta à Pergunta: O que é o Iluminismo?" (1784), e "Provável Início da História Humana" (1786). Em 1790 publicou a Crítica do Juízo, na qual expõe sua teoria sobre estética e sobre biologia. Seu livro de 1793, A Religião Dentro dos Limites da Simples Razão, envolveu-o em um conflito com a censura. Durante os anos de 1790 o interesse de Kant em teoria e prática política se intensificou, como consequência, sem dúvida, da Revolução Francesa e seus desdobramentos. Isto é evidente em "Sobre o Dizer Comum: Pode ser verdadeiro na teoria, mas não se afirma na prática" (1793), Rumo à paz perpétua: um esboço filosófico (1795) [Lançado pela Ícone], e Metafísica dos Costumes (1797). Em 1798, Kant publicou O Conflito das Faculdades e Antropologia de um Ponto de Vista Pragmático, o último baseado em suas palestras populares sobre o tema.

Durante os últimos anos de sua vida Kant sofreu da doença de Alzheimer e faleceu em Königsberg, no ano de 1804.







TRADUZIR NÃO É UM ESFORÇO MECÂNICO. É claro que é importante para uma tradução ser consistente, e assim almejamos traduzir a mesma palavra de uma língua para a correspondente, em outra, sempre que possível. Mas quando uma palavra tem diferentes matizes de significado, e quando seu significado é determinado pelo contexto mais amplo, atribuindo a ela uma única contraparte na língua para a qual é traduzida, não é possível nem desejável fazê-lo.

Além disso, uma tradução não deve ter por objetivo melhorar o estilo e conteúdo do original. Se o original não é claro ou estilisticamente feio, uma boa tradução será, do mesmo modo, pouco clara ou feia também, – quando isso é possível, pois nem sempre podemos obter esse resultado. Uma frase que é ambígua em alemão, por exemplo, pode não ter uma contrapartida igualmente ambígua em português. Tentamos, no entanto, situar o leitor de nossa língua, tanto quanto possível, na mesma posição do leitor do original, quando se trata de interpretar e avaliar os argumentos de Kant.

Alguns termos apresentam dificuldades especiais. Dois exemplos merecem uma menção especial aqui:

Mensch. Em muitas outras traduções, esse termo é traduzido como o "homem", que é então usado tanto para Mensch quanto para Mann. Para preservar a distinção entre esses dois termos alemães, preferimos traduzir Mensch como "Ser Humano" e reservamos "homem" para Mann.

Recht e seus cognatos. Este termo é notoriamente difícil de traduzir devido às diferenças estruturais entre os sistemas jurídicos predominantes no mundo de língua alemã e portuguesa. Decidimos usar "direito" para Recht, que pode soar estranho nas passagens, mas pode assim também servir para realçar a maneira diferente de pensar sobre essas questões que está por trás das palavras de Kant.

Citações e frases latinas foram preservadas e traduzidas separadamente (entre parênteses ou em nota) somente quando o próprio Kant não fornece uma tradução.





Sumário



Primeira Parte

Uma resposta à pergunta: O que é o Iluminismo?, 13

Segunda Parte

Ideias para uma história universal do ponto de vista cosmopolita, 23

Primeira Proposição, 26

Segunda Proposição, 26

Terceira Proposição, 27

Quarta Proposição, 29

Quinta Proposição, 31

Sexta Proposição, 33

Sétima Proposição, 34

Oitava Proposição, 39

Nona Proposição, 42

TERCEIRA PARTE

Provável início da história humana, 45

Observação, 53 Fim da História, 57 Observação Final, 60

Quarta Parte

SE O GÊNERO HUMANO ENCONTRA-SE EM CONSTANTE PROGRESSO PARA O MELHOR, 65

- 1. O que se pretende saber aqui?, 65
- 2. Como podemos saber tal coisa?, 66
- 3. Divisão conceitual daquilo que se deseja antecipar do futuro, 67
- 4. O problema do progresso não pode ser resolvido imediatamente pela experiência, 70
- 5. A história profética do gênero humano tem, não obstante, que começar com algum tipo de experiência, 72
- 6. De um fato de nosso tempo que prova essa tendência moral do gênero humano, 73
- 7. História profética da humanidade, 76
- 8. Da dificuldade das máximas estabelecidas para o progresso rumo a um mundo melhor em razão de sua publicidade, 78
- 9. Que benefício ocasionará ao gênero humano o progresso para melhor?, 81
- Qual é a única ordem de coisas em que cabe esperar o progresso para melhor?, 82

Conclusão, 84

Ouinta Parte

Antropologia de um ponto de vista pragmático – parte 2, seção E, 85

- I. A predisposição técnica, 87
- II. A predisposição pragmática, 89
- III. A predisposição moral, 90

SEXTA PARTE

Sobre o caráter da espécie humana, 99

SÉTIMA PARTE

O FIM DE TODAS AS COISAS, 105



PRIMEIRA PARTE

13

Uma resposta à pergunta: O que é o Iluminismo?

ILUMINISMO É EMANCIPAÇÃO DO SER HUMANO DE SUA IMATURIDADE AUTOIMPOSTA. *Imaturidade* é a incapacidade de fazer uso de seu intelecto sem a direção do outro. Esta imaturidade é autoimposta quando sua causa não reside na falta de intelecto, mas sim em uma falta de vontade e coragem para fazer uso de seu intelecto sem a direção do outro. "Sapere aude! Tenha coragem de fazer uso de seu próprio intelecto!" este é, portanto, o lema do iluminismo.

Ócio e covardia são as razões pelas quais uma grande parte da humanidade continua a gostar de seu estado de

pupilo, mesmo depois de a natureza ter-nos libertado desta estranha tutela (naturaliter maiorennes); e estas são também as razões por que é tão fácil para que outros possam estabelecer-se como seus tutores. É muito confortável ser imaturo. Se eu tiver um livro que me pareça razoável, um pastor que atue como minha consciência, um médico que determine a minha dieta, etc., então eu não preciso fazer qualquer esforço. Não é necessário que eu pense se simplesmente posso pagar; outros tomarão, por mim, esses fardos cansativos sobre si mesmos. Os tutores que gentilmente assumiram a responsabilidade de supervisão têm garantido que a maior parte da humanidade (incluindo a totalidade do belo sexo) compreenda o progresso em direção à maturidade como sendo não apenas árduo, mas igualmente perigoso. Depois de terem, pela primeira vez, emudecido seus animais domésticos e cuidadosamente terem impedido suas mansas criaturas de ousar dar um único passo sem sua supervisão para que não saiam do caminho trilhado, mostram, em seguida, os perigos que os ameaçam, caso tentem andar sozinhos. Contudo, esse perigo não é tão grande, por que depois de cair algumas vezes, por fim, aprenderiam a andar sozinhos. Mas um só exemplo os torna tímidos e geralmente os inibe de todas as outras tentativas.

Assim, é difícil para qualquer pessoa conseguir sair dessa imaturidade que se tornou quase uma segunda natureza para ela. Ela tornou-se afeiçoada, porquanto, sente-se verdadeiramente incapaz de fazer uso de sua própria razão, porque nunca se permitiu ou foi autorizada a experimentá-la. Estatutos e fórmulas, essas ferramentas mecânicas de um uso racional, ou antes, abuso de seus dotes naturais, são os grilhões de um estado perpétuo de imaturidade. E quem se desprendesse desses grilhões daria apenas um salto incerto sobre uma vala ainda mais estreita, porque não está acostumado a tal liberdade de movimento. Consequentemente, há apenas muito poucos que conseguiram através de seu próprio esforço intelectual emergir da imaturidade e que ainda caminham com confiança.

Agora já é mais provável que o público se ilumine; na verdade, é quase inevitável se se tem a liberdade de fazê-lo. Porque sempre haverá alguns pensadores independentes mesmo entre os tutores nomeados das grandes massas que, depois de eles próprios terem lançado fora o jugo da imaturidade, espalharem o espírito de valorização racional do próprio valor e chamado de cada ser humano a pensar por si mesmo. O que é particularmente notável aqui é que o público que anteriormente tinha sido colocado sob este jugo pode obrigar a si mesmo a permanecerem sob este jugo, se for incitado a tal ação por alguns de seus tutores que são incapazes de qualquer esclarecimento. É muito prejudicial instilar preconceitos, por que eles, finalmente, se vingarão de seus autores ou daqueles cujos antecessores os inventaram. Portanto, um público só pode chegar à iluminação lentamente. Uma revolução talvez seja capaz de livrá-los do despotismo pessoal e acabar com a opressão econômica ou política, mas nunca pode causar uma verdadeira reforma do pensamento; em vez disso, novos preconceitos servirão como uma rédea orientadora às massas ignorantes.

No entanto, nada é necessário para esta iluminação senão a *liberdade*. E, de fato, o tipo mais inofensivo de liberdade, ou seja, fazer *uso público* da própria razão em todas as questões, é o que pode ser corretamente chamado de liberdade. Mas agora ouço de todos os lados: *não argumente*! O oficial diz: não argumente, apenas perfure! O cobrador de impostos diz: não argumente, apenas pague! O clérigo diz: não argumente, apenas creia! (existe apenas um mestre do mundo que diz: argumente, tanto quanto quiser e

sobre tudo o que você gosta, mas obedeça!). Em toda parte aqui há limitações à liberdade. Mas que tipo de limitação é um obstáculo à iluminação? E que tipo, por outro lado, é estímulo a ela? Eu respondo: o uso público da própria razão deve ser livre em todos os momentos, e isso, por si só, pode trazer a iluminação aos seres humanos; o uso privado da sua razão, no entanto, pode muitas vezes ser altamente restrito sem por isso impedir de modo especial o progresso do iluminismo. Por uso público da razão própria quero dizer o tipo de uso que um mestre faz diante de um mundo de leitores. Entendo por uso privado da razão própria o uso que se pode fazer dela num posto civil ou numa repartição, na qualidade de funcionário. Por que muitos assuntos que servem aos interesses da comunidade exigem um determinado mecanismo, por meio do qual alguns membros da comunidade devem desempenhar um papel meramente passivo para, por meio de uma unanimidade artificial, poder ser guiados pelo governo na persecução de fins públicos, ou pelo menos ser impedidos de minar esses fins. Neste caso, é claro, não se pode argumentar, mas sim é preciso obedecer. Mas, na medida em que esta parte da máquina é simultaneamente um segmento da comunidade como um todo e até mesmo uma parte da sociedade de cidadãos do mundo e, portanto, age como um mestre que se dirige a um público através de seus escritos, pode, na verdade, argumentar sem que, por isso, prejudique os assuntos pelos quais ele é, em parte, responsável através do serviço passivo. Portanto, seria muito prejudicial se um funcionário que recebe ordens de seus superiores fosse questionar publicamente a conveniência ou a utilidade de suas ordens; ele deve apenas obedecer. Ele não pode, no entanto, com justiça ser impedido de fazer comentários, como um mestre, sobre os erros no serviço militar e submeter estas observações ao julgamento público. Um cida-